

A ALIENAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO E A GERAÇÃO Z

Kafka, que jamais ingressou em uma “daily”, já sabia: o labirinto não se mede em metros, mede-se em formulários. O “O” de O Processo, título em português do título original em alemão (Der Prozess) é, secretamente, o círculo perfeito da tarefa que nasce para justificar a si mesma — ata que convoca a reunião que aprova a ata que convoca a próxima reunião. Max Weber vislumbrou a jaula de aço; nós a ornamentamos com indicadores-lantejoulas. KPIs brilhantes piscam como luzinhas de árvore de Natal enquanto a árvore murcha. Um painel verde não planta florestas, mas dá uma paz de espírito que a realidade insiste em desmentir.

A empresa contemporânea pratica uma liturgia laica. É pontual no culto: check-ins, stand-ups, alinhamentos, retrospectivas. O vocabulário é guerreiro, mas a coreografia é de salão. O rito central é a partilha do tempo — não para fazer, mas para registrar o que se fez, o que se fará e o que, por prudência, convém jamais fazer. Às segundas, sacrificamos a primeira hora; às sextas, depositamos oferendas em planilhas. Cada “fluxo” que se cria gera dois: o do trabalho e o do relato do trabalho. Em certo momento, confundem-se de tal modo que o relato, como em Borges, se torna mapa em escala 1:1. É quando a chefia, navegando no mapa, perde o país.

“Mas será só isso?” — convém não responder depressa. Porque, sim, há preguiça mental, inércia, o prazer infantil do carimbo. Mas há também medo. A burocracia é uma forma de garantir que ninguém fique sozinho na cena do crime. Distribui a culpa em camadas finas e documentadas. Quando tudo der errado, haverá um e-mail antigo provando que o alinhamento foi feito, a ata aprovada, o formulário rubricado. A empresa cria a almofada de papel onde desaba, com grande barulho, o menor dos riscos. E se nada der muito certo, paciência: haverá outro comitê.

Marx falava da separação do trabalhador do produto e do processo; hoje o trabalhador se vê separado também da razão de ser. O “para quê?” desaparece sob o “como?”. A causa final, diria Aristóteles, troca de roupa e se apresenta como causa eficiente: importa menos o porquê do que o cumprimento dos passos. Goodhart já avisou — “quando uma medida se torna uma meta, deixa de ser uma boa medida” —, e David Graeber riu com tristeza ao enumerar os empregos de fachada que se multiplicam como coelhos em planilhas castas. A alienação ganhou software, login e senha.

A geração Z, nativa do deslize de dedo, sente o enjoo da página em branco preenchida com caixas cinzentas. Mas não é privilégio dos jovens a náusea; velhos

artesãos desconfiarão, com razão, do tutorial que promete salvar o mundo em sete passos e um webinar. A perda do tato com a matéria — aquilo que a mão conhecia antes da cabeça explicar — cria um vazio que as organizações tentam forrar com método. Método é bom; o método sem mundo é cruel. Um OKR bem redigido pode caber em qualquer projeto, inclusive nos que não existem.

Há também algo de litúrgico no vocabulário da produtividade: “entrega”, “sprint”, “owner”, “squad”, “governança”. Palavras que, repetidas, formam um rosário profano. O problema não é o rosário, é quando ele substitui a fé. Empresas não são conventos, mas se tornaram, por vezes, ordens mendicantes de status: pedem esmola de relevância ao mercado; em troca, dão sinais de virtude operacional. A “compliance” virou auréola: brilha nas fotos oficiais, não ilumina as esquinas. E há, por baixo, a velha crença do culto carga — Feynman contou —: se construirmos a pista e ligarmos as tochas, os aviões descerão. Acontece que os aviões hoje são drones e não pousam onde não há problema real para resolver.

Alguns dirão: “Mas isso é necessário para escalar”. É possível. Max Weber também lembrou que a burocracia venceu porque funciona. O perigo começa quando o meio esquiva o fim e, como parasita bem-sucedido, não mata o hospedeiro: apenas o torna cansado, dócil, obediente às grafias do procedimento. Byung-Chul Han falaria em cansaço; Deleuze, em sociedades de controle. Foucault desenharia diagramas de poder; Hannah Arendt, quem sabe, desconfiaria da banalidade com que, em nome do processo, renunciamos à responsabilidade.

Há remédios? Não existem panaceias; há remendos lúcidos. O primeiro é perguntar todos os dias: o que estamos tentando mudar no mundo, mesmo que seja um mundo do tamanho de um bairro? Se a resposta não couber em duas frases, os formulários terão campo demais. O segundo é reconhecer que o relatório não é a obra; é o catálogo. Um museu que só imprime catálogos, cedo ou tarde, fecha as portas por falta de quadros.

O terceiro é recusar o fetiche da métrica solitária. Medir é ato político: define o que merece existir. O que não se mede não desaparece — apenas se revolta. Projetos que somem do painel voltam, como espectros, nas crises. Melhor abraçá-los cedo, com nome e propósito, do que fingir que o calor humano se deixa capturar por um “score” de engajamento. A métrica deve servir ao juízo, não o substituir.

O quarto é cultivar microespaços de autoria: equipes pequenas com começo, meio e fim, onde alguém responda por uma história contável. É o antídoto do anonimato funcional. O trabalhador reconhece-se no que fez quando há assinatura, não só login. E o quinto é ensaiar o gesto herético de Melville: “preferiria não”. Preferir não ao excesso de reunião; preferir sim ao contato com a matéria, ao protótipo, ao usuário real, à rua que não cabe no slide.

No fundo, a “ineficácia ritual” de que falamos é um medo mascarado de dizer “não sei”. Criamos protocolos para não admitir ignorância. No entanto, a boa ignorância — aquela que nos deixa na borda do desconhecido — é combustível de descoberta. Não se aprende a nadar preenchendo formulários sobre boias. Aprende-se água na boca, sal nos olhos, perna batendo. A empresa que esquece disso vira repartição do impossível, onde todos tramam com zelo a eternidade do provisório.

“Mas será só isso?” — volto à pergunta inicial. Não: é também um problema de imaginação. Sem imaginação, o trabalho vira faina; com imaginação, vira ofício. O ofício aceita método, mas não se ajoelha diante dele. O ofício pede silêncio para ouvir a resistência da matéria, que pode ser um texto, um software, uma praça. Ali, o gesto encontra seu ritmo e o relatório, quando vier, virá como rastro, não como trilho.

Talvez baste uma cena: uma sala de vidro, quatro pessoas, quinze post-its, um timer digital. Do outro lado, uma fila de clientes impacientes. Os post-its conversam entre si; os clientes conversam entre si; as duas conversas não se cruzam. Um de dentro ergue os olhos, abre a porta e pergunta: “Posso ajudar?”. Meia hora depois, a parede de vidro está vazia e há uma lista clara de três problemas reais, com um telefone a ser ligado, um conserto a ser feito, um pedido a ser desculpado. A reunião terminou, o trabalho começou. E foi bonito porque foi simples, e foi simples porque, por um instante, abolimos o ritual e tocamos o real.

No dia em que a empresa tiver coragem de admitir que processos são como muletas — úteis enquanto há fratura, ridículos quando viram moda —, talvez Marx sorria de leve. Não porque a alienação tenha desaparecido, mas porque alguém lembrará que o produto não é o slide, o processo não é a ata, e o trabalho não é um teatro de zelo: é um vínculo vivo com o mundo. O resto, com perdão dos zeladores do procedimento, é cenografia.